

ANC

ANC X

# Frentistas não querem mudar distribuição

Eles denunciam o *lobby* das revendedoras retalhistas para dominar o mercado



Os presidentes dos sindicatos rejeitam emenda patrocinada pelas TRR

A distribuição de petróleo não deve ser assunto incluído na Constituição, deve ser mantida em seu estado atual e preservada a livre iniciativa num setor integrado por empresas de capital nacional, de capital estrangeiro e de capital estatal cuja composição tem sido salutar para a classe trabalhadora, os revendedores e o próprio País.

Este é o principal pleito que os presidentes de cinco Sindicatos do Trabalho no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo, incluindo o da Federação Nacional, Armando Gonçalves, estão fazendo aos constituintes. Ao mesmo tempo, denunciam a existência de um *lobby* com o objetivo de criar uma reserva de mercado para pequenas empresas distribuidoras de derivados, as chamadas Transportadoras Revendedoras Retalhistas

(TRR) em detrimento das atividades exercidas pelas companhias distribuidoras.

Segundo Armando Gonçalves que também é o presidente do Sindicato do Estado de Alagoas, as TRR pretendem, através das emendas dos deputados Humberto Souto (PFL-MG) e Max Rosenmann (PMDB-PR), abocanhar mais de 40 por cento do mercado nacional de distribuição de derivados de petróleo, sem disporem de infra-estrutura suficiente para garantir segurança aos consumidores e utilizando-se da falta de conhecimento dos constituintes sobre o assunto e com a abertura de um pseudo-nacionalismo econômico. Afirma Gonçalves que as companhias distribuidoras pagam vantagens como as 44 horas semanais, horas extras a 100 por cento e ad-

cional de férias de 95 por cento ligado ao tempo de serviço que só agora estão sendo consagrados pela Constituinte.

Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minério e Derivados de Petróleo do Estado de Goiás, Ageu Cavalcante, esta emenda patrocinada pelas TRR conseguiu a rejeição de todo o setor, seja os trabalhadores, ou as distribuidoras como também os donos de postos de gasolina. Isto porque ela proíbe as distribuidoras de vender aos consumidores e cria a figura do atravessador de combustíveis, as TRR. Estas são apenas 400 empresas controladas por 200 empresários e ficariam com a exclusividade da venda a retalho, às grandes empresas de ônibus, construtoras, aviação, indústrias, e companhias de navegação. Li-

mitaria ainda o mercado de venda dos postos de gasolina. Segundo Ageu Cavalcante, isto equivaleria à criação de um cartório sobre mais de 40 por cento do mercado prejudicando a categoria profissional e milhões de consumidores que seriam obrigados a pagar um preço maior pelo abastecimento.

— Não somos contra as TRR operarem em distribuição, disse Ageu Cavalcante, mas desde que eles requeiram registro no Conselho Nacional do Petróleo e cumpram todas as exigências e encargos do setor, como os investimentos em infra-estrutura. Os trabalhadores em distribuição estão na vanguarda dos trabalhadores brasileiros, já recebendo há anos vantagens que hoje estão sendo inscritas na Constituição, benefícios que as TRR não têm condições de pagar.